



215

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Recurso de Agravo nº 0190707-3/01

Agravantes: Heitor Wanderley de Queiroz Neto e Antônio Correia de Araújo Neto

Agravado: Associação Pernambucana de Ensino Superior – APESU (mantenedora da Faculdade Pernambucana – FAPE)

Comarca: Recife – 19ª Vara Cível

Relator: Des. Antônio Carlos Alves da Silva

Quinta Câmara Cível

R
5469

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO QUE, COM BASE NO ART. 557, § 1º, CPC, NEGOU SEGUIMENTO À APELAÇÃO. GRADUAÇÃO DE DIREITO. NÃO RECEBIMENTO DO CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO CURSO. REPROVAÇÃO DA DISCIPLINA DE MONOGRAFIA II E NÃO COMPARECIMENTO AO EXAME FINAL. O NÃO CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS ACADÊMICAS, E CONSEQUENTEMENTE, A NÃO COLAÇÃO DE GRAU, NÃO PODE SER IMPUTADA À FACULDADE APELADA. RECURSO NÃO PROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do **Recurso de Agravo nº 0190707-3/01**, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quinta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em **negar provimento ao recurso**, mantendo-se inalterada a decisão agravada, nos termos do voto do Desembargador Relator, que fica fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 27 de 07 de 2010.

Des. Antônio Carlos Alves da Silva.
Relator



216
17

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Recurso de Agravo nº 0190707-3/01

Agravantes: Heitor Wanderley de Queiroz Neto e Antônio Correia de Araújo Neto

Agravado: Associação Pernambucana de Ensino Superior – APESU (mantenedora da Faculdade Pernambucana – FAPE)

Comarca: Recife – 19ª Vara Cível

Relator: Des. Antônio Carlos Alves da Silva

Quinta Câmara Cível

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo, mais propriamente denominado de agravo interno, previsto no artigo 557, § 1º do Código de Processo Civil.

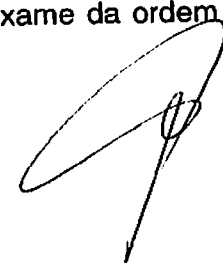
O presente remédio impugnativo tem por finalidade rever a decisão monocrática final (terminativa) proferida por este juízo no procedimento da apelação cível cujos autos foram tombados sob o nº 0190707-3/01

Façamos, porquanto necessário, um breve relato do recurso por último referido.

Para tanto, cumpre registrar que o MM Juiz *a quo* julgou improcedentes os pedidos formulados na Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenização por danos morais e materiais e pedido de antecipação de tutela, proposta por Heitor Wanderley de Queiroz Neto e Antônio Correia de Araújo Neto, nos seguintes termos:

"(...) Nesse diapasão, é tão-somente obrigação do aluno informar-se a respeito da data da realização da prova final, cabendo à instituição só a fixação e a publicação das datas. Por tais alegações, são totalmente descabidas as pretensões de danos materiais e morais requeridos pelos autores, não tendo, a instituição de ensino superior, cometido quaisquer irregularidades com os alunos, mas sim, cumprido o que está previsto em suas normas, estas, referendadas pelo MEC. Desta feita, EXTINGO O PRESENTE FEITO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, COM BASE NO ART. 269, I, rejeitando a pretensão dos suplicantes, condenando-os, ainda, a pagar os honorários advocatícios, os quais fixo em 10% do valor atribuído à causa."

Inconformados, os apelantes acostaram suas razões de apelação às fls. 132/147, alegando: 1) cerceamento de defesa, pois seus pedidos foram julgados improcedentes sob o argumento de inexistência de provas, quando, na realidade, sequer teria sido dada oportunidade para produção de prova testemunhal, único meio hábil para comprovar os fatos alegados na inicial; 2) que fazem jus a indenização por perdas e danos, pois a faculdade recorrida causou-lhes diversos infortúnios, tais como a necessidade de contratar serviços advocatícios, além de todo o transtorno decorrente da não colação de grau no dia designado e seus consectários (impossibilidade de cursar uma pós-graduação ou de prestar o exame da ordem dos advogados).





18
217

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva
Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Intimada a apresentar suas contra razões, a apelada manifestou-se às fl.156 dos autos, aduzindo que não há que se falar em cerceamento de defesa pelo julgamento antecipado da lide, pois o Juízo *a quo* verificou que os documentos juntados por ambas as partes dispensavam maior dilação probatória, porquanto evidenciavam a ausência de verossimilhança nas alegações autorais. Aduziu que a reprovação e a não colação de grau dos autores deveu-se a desídia dos mesmos, tendo a faculdade atuado em exercício regular de direito.

Recebendo o recurso, entendeu-se, pelas razões a serem elencadas no voto doravante a ser proferido, por negar seguimento a ele.

Novamente irresignados, os agravantes interpuseram o presente agravo, aduzindo a mesma fundamentação contida no recurso apelativo, acima transcrita. Requereu, ao final, a reforma da decisão agravada.

É o relatório.

Recife, de de 2010.

Des. Antônio Carlos Alves da Silva
Relator



218

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Recurso de Agravo nº 0190707-3/01

Agravantes: Heitor Wanderley de Queiroz Neto e Antônio Correia de Araújo Neto

Agravado: Associação Pernambucana de Ensino Superior – APESU (mantenedora da Faculdade Pernambucana – FAPE)

Comarca: Recife – 19ª Vara Cível

Relator: Des. Antônio Carlos Alves da Silva

Quinta Câmara Cível

VOTO

Senhor Presidente,
Senhores Desembargadores,
Senhor(a) Procurador(a) de Justiça.

Inicialmente cumpre esclarecer os fatos que ensejaram a presente contenda, senão vejamos.

Os autores/apelantes cursaram o curso de direito na Faculdade Pernambucana (ora apelada), e ao final da graduação não receberam o certificado de conclusão do curso, sob o argumento de que haviam reprovado a disciplina curricular de Monografia II, bem como não compareceram ao exame final.

Consta dos autos que a avaliação do aluno na disciplina Monografia II é obtida através da média de duas notas (NP1 e NP2), que deve ser superior a 7,0 (sete). A primeira nota (NP1) dos apelantes, realizada pelo professor da disciplina, foi baixa, e ao ser questionado pelos alunos, teria o professor informado que não se preocupassem, pois nesta disciplina, o que interessava realmente era a apresentação da monografia e apresentação para a banca examinadora.

Ao apresentar a monografia, os apelantes obtiveram uma nota (NP2) acima da média, porém a soma das notas NP1 e NP2 não alcançou a média 7,0, exigida para aprovação. Ademais, os autores afirmaram que não foram informados sobre a necessidade de realização de uma terceira prova.

Feitas essas considerações passa-se à análise do requerimento trazido no recurso.

É importante salientar que a decisão agravada fundamentou-se nos seguintes termos, *in verbis*:



219

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

"(...) Não assiste razão aos apelantes. A questão é facilmente solucionada:

O apelante Heitor Wanderley de Queiroz Neto obteve 5,0 na avaliação e 7,3 na monografia, perfazendo uma média de 6,2. Houve uma oportunidade de realizar o exame final para obter uma média igual ou superior a 5,0, mas o aluno não compareceu. Depreende-se dos autos que o aluno Heitor cursou novamente a disciplina Monografia II no período 2007.2, já tendo, provavelmente colado grau.

O outro apelante, Antônio Correia de Araújo Neto, obteve a nota 5,0 na avaliação e a nota 8,0 na monografia, perfazendo uma média de 6,5, também tendo deixado de comparecer ao exame final. Ademais, alinhe-se que o aluno Antônio já cursou novamente a disciplina de Monografia II no período 2007.1, tendo colado grau em 20/07/07.

Registre-se, por oportuno, que no calendário escolar acostado às fls. 69 dos autos, consta toda a programação do semestre, bem como os critérios de avaliação, cabendo aos alunos se informar das datas de provas, e mediante simples cálculos aritméticos, averiguar sua eventual (re)aprovação na disciplina.

Alinhe-se ainda, que não houve cerceamento de defesa, pois o juízo sentenciante entendeu que a ação dispensava maior dilação probatória, diante dos documentos relevantes e definitivos a respeito da contenda trazidos pela ré/apelada. Por outro lado, afirmou que os **autores/apelantes** não lograram êxito em comprovar suas alegações. Perfeitamente cabível o julgamento antecipado da lide.

Melhor sorte não assiste aos apelantes no que concerne ao pleito de indenização por perdas e danos, pois a faculdade apelada cumpriu com suas atribuições ao publicar as datas e divulgar os critérios de avaliação. Se os apelantes não cumpriram as exigências acadêmicas e, conseqüentemente, não colaram grau, tal fato não pode ser imputado à faculdade recorrida.

Por todo o exposto, **nego seguimento ao recurso**, nos termos no art. 557 do Código de Processo Civil, mantendo-se a sentença vergastada em todos os seus termos."

Sendo assim, não merece guarida o pedido contido no presente recurso.

Sem mais delongas, passe-se à parte dispositiva.

tcn



220

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva
Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Em face do exposto, vota-se por, primeiramente, receber, com base nos fundamentos acima expostos, o presente recurso de agravo. Em seguida, vota-se por **NÃO ACOLHER** o pedido recursal. Por fim, mantendo *in totum* a decisão vergastada, vota-se por **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso em análise.

É como voto.

Recife, de de 2010.

Des. Antônio Carlos Alves da Silva
Relator